

2006/09/21

BOLONHA, O ENSINO SUPERIOR MILITAR E A QUALIDADE

Casimiro Pacheco Talhinas

"If you think education is expensive-try ignorance". (Derek Bok)

INTRODUÇÃO

Após a rejeição, pelos franceses e holandeses, do Tratado da Constituição, em 2005, a chamada construção europeia entrou num certo impasse, para alegria de alguns amigos e de não poucos inimigos. Na verdade, a construção de um bloco de 25 ou mais nações com uma só voz, não é do pleno agrado de alguns concorrentes, num mundo cada vez mais globalizado, complexo e perigoso. E se alguns dos projectos parcelares dessa mesma construção entraram em "banho-maria", o Processo de Bolonha (abreviadamente Bolonha) para a definição de um Sistema Europeu de Ensino Superior continuou a sua caminhada e fixou, já para 2010, a sua total implementação.



Estando Portugal em pleno nesse projecto, o Ensino Superior Militar terá, obviamente, de acompanhar esse processo e preparar o futuro dos seus quadros superiores. Interessa, pois, reflectir sobre as grandes questões que, naturalmente, se levantam em volta de toda essa problemática, trazendo para essa reflexão alguns contributos que o processo de avaliação do ensino na Academia da Força Aérea, e o acompanhamento da auto-avaliação do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES),[1] a decorrer, proporcionaram.

Vamos por partes. Em primeiro lugar, o título. Nele se pretende pôr em evidência os elementos essenciais da realidade que se vai analisar. Parecendo desconexos ou sem grande ligação entre si, são, como se verá ao longo desta reflexão, de uma grande interdependência, fundamentalmente se quisermos preparar o futuro de forma inovadora e melhorada. Para além disso, sintetizam, de alguma forma, a análise que é feita nas páginas seguintes.

Assim, Bolonha é o processo que já começou a alterar, mais ou menos substancialmente, a realidade do Ensino Superior nos países aderentes, em geral e em Portugal, em particular. O seu impacto no Ensino Superior Militar não é nem vai ser, como veremos, linear. Por várias razões, entre as quais se destacam as especificidades deste tipo de ensino e as diferenças que existem entre os diversos estabelecimentos que o compõem. Por último, a qualidade, que tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante nas actividades humanas, em especial nas que se revestem duma qualquer natureza comercial ou industrial. Não se ficando por aqui o seu papel, parece cada vez mais determinante na forma de pautar o trabalho em geral. A comparação com outras instituições congéneres e a adopção, por algumas delas, de elevados padrões de qualidade, conduz (ou conduzirá, no médio prazo) ao colapso das que resolverem desprezar essa mesma importância.

Temos, portanto, que Bolonha se constitui como cenário de fundo, o Ensino Superior Militar (ESM) a realidade que se irá discutir e a Qualidade o ingrediente que nenhuma realidade poderá deixar de utilizar. No curto ou no médio prazo.

BOLONHA A QUANTO OBRIGAS...

Bolonha já é por demais conhecido das Comunidades Universitária e Politécnica nacionais, mas não o será tanto por parte do vulgar cidadão ou de quem não está directamente ligado ao processo, apesar da grande divulgação que tem sido feita pelos meios de comunicação social, críticos, analistas e outros interessados.

Em termos genéricos, os Ministros da Educação de 29 países europeus assinaram, em 1999 a Declaração de Bolonha com a finalidade de criação, até 2010, de um Sistema Europeu de Educação Superior, tendo por objectivos principais a adopção de um sistema de títulos facilmente reconhecíveis e comparáveis, baseado em dois ciclos (2) e o estabelecimento de um sistema de créditos, o *European Credit Transfer and Accumulation System* (ECTS). Para além disso, o sistema assim criado, deverá promover a mobilidade dos estudantes, a cooperação europeia na garantia da qualidade e a dimensão europeia na educação superior.

Poderá dizer-se que Bolonha é um processo que, mais tarde ou mais cedo, teria de existir no espaço da União Europeia, sob pena de muitos dos objectivos da construção europeia ficarem

seriamente comprometidos. Também não parece muito difícil prever, que a sua plena implementação irá mexer profundamente, de forma directa ou indirecta, com as nossas vidas.

Observando com atenção os objectivos que o sistema pretende atingir, é fácil identificar os três últimos ao nível das grandes intenções e dependentes do êxito que os anteriores tiverem. Na verdade, quer a adopção de um sistema de títulos baseado em dois ciclos, quer o estabelecimento do ECTS são aspectos bem tangíveis e concretos e traduzem-se em compromissos sérios para as autoridades responsáveis pelo nosso Ensino Superior. Daí que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) tenha já tomado, uma série de iniciativas (Adopção do Sistema Europeu de Créditos Curriculares e de um Modelo de Organização do Ensino Superior em três ciclos[2] através da Lei 49/2005 e a aprovação do Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior através do Decreto-Lei 74/2006, entre outras), com vista a definir o quadro legal no qual as Instituições de Ensino Superior se devem movimentar.

Mesmo os mais cépticos em relação às mudanças que, aqui e ali, se vão operando nos mais variados aspectos da vida em sociedade, reconhecem, certamente, a profunda alteração que este projecto pretende atingir e que se traduz na determinação de pontos de referência para as competências genéricas e específicas de cada disciplina dos dois primeiros graus do sistema (licenciatura e mestrado), numa série de áreas temáticas: estudos empresariais, ciências de educação, geologia, história, matemáticas, física e química. As competências (e residirá neste conceito um dos mais importantes sentidos da mudança) traduzem resultados de aprendizagem e pretendem descrever o que um estudante sabe ou pode demonstrar após completado um processo de aprendizagem. Os resultados da aprendizagem especificam, logicamente, os requerimentos mínimos para a obtenção de créditos. Será uma nova forma de aprendizagem, mas exige, também, uma nova forma de ensino.

Tudo isto representa um enorme desafio e, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade. Sendo a mudança, desde sempre, um processo perturbador, existe uma franja maior ou menor da sociedade que reage, de forma abrupta e detractiva às mutações que esse processo impõe. Bolonha não está, como qualquer outra mudança, isenta das reacções mais acaloradas e dos ataques mais despidorados.

Sem colocar em causa a validade do projecto, existirá alguma razão nas críticas (dúvidas?) que se levantam em relação à estrutura dos graus académicos. Na verdade, parece algo polémica a definição de licenciado (*bachelor* no original) para um conjunto de competências com 180 ou 240 créditos, essencial para a obtenção do grau de mestre, mas com muito pouca aplicabilidade em termos profissionais. Colocam-se, aqui também, algumas questões em relação às equivalências a ser conferidas, no Sistema de Ensino Superior Nacional aos anteriores graus de licenciado, mestre e doutor. Além disso, de acordo com os mais acérrimos críticos, a distinção entre os dois primeiros graus daria algum fundamento ao poder político para definir patamares de financiamento, com clara preferência por um primeiro grau com 180 créditos. Não cabe nestas reflexões fazer qualquer juízo de valor em relação a essa problemática pelo que fica, apenas, a breve referência.

Seja como for, Bolonha, como caminhada para a criação de uma Área Europeia de Ensino Superior, é um processo imparável e veio para ficar. Para aqueles a quem couber um qualquer papel na sua implementação, representará, certamente, uma oportunidade única de participação na renovação de um sistema que já tinha, todos o sabemos, os dias contados. Não tenhamos também dúvidas que vão ser cometidos muitos atropelos e “cozinhados” alguns arranjos de ocasião. Mas, a médio prazo, os padrões de qualidade que o processo implica, ditarão o futuro dos manipuladores. Se os houver...

UM SUB-SISTEMA À PARTE...

Convém, desde logo, delimitar o âmbito da análise, já que os ex-Institutos onde eram professados os cursos que o Estatuto das Forças Armadas impõe, para efeitos de carreira e promoção, aos oficiais do Quadro Permanente, deram origem a um só, o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM). Quer a sua missão, quer a sua natureza estão completamente fora do processo de Bolonha. [3] Não será, por isso, sujeito a qualquer tipo de reflexão.

Também não entrarão no debate considerações sobre a organização dos cursos professados em cada um dos Estabelecimentos Militares de Ensino Superior (EMES) e respectivos programas curriculares. A razão é simples. Esses estabelecimentos preparam os oficiais para preenchimento das necessidades que são definidas pelos seus empregadores – os Ramos das FA. Quer os cursos, quer os seus currícula terão de ter isso em conta. A reforma do ensino militar, nesse domínio, começará a montante dos EMES e na redefinição das necessidades das Forças Armadas, se e quando for caso disso.

Os EMES, (Universitários e Politécnicos) vivem actualmente, de forma diversa, os desafios de uma mudança com duas faces – Bolonha, por um lado, e a necessidade de reestruturação imposta pelo poder político, por outro. E se implementar Bolonha no Ensino Superior Militar não é, de forma alguma, tarefa fácil, fazê-lo num cenário de razoável desconhecimento daquilo que se vai seguir, pode constituir um tremendo fracasso para quem participa no processo e vir a ter um efeito imprevisível no futuro da Instituição Militar.

Sem querer antecipar desgraças, vejamos, um a um, os aspectos, que neste processo, se devem considerar de fundo, reflectindo sobre os cuidados a ter na adopção das soluções.

1 A Especificidade Militar

Para quem não compreende a sua natureza, será difícil conceder-lhe a importância e dimensão que detém à escala nacional. Sem esta especificidade, os valores que o poder político sabe reconhecer em situações de grande crise e sacrifício, não existiriam. A forma como essa cultura se cria, mantém e permanece, é segredo das Escolas que a inculcam, desde a primeira hora, aos futuros oficiais.

Estamos, obviamente, a falar da capacidade de exercer a função de Comando (em tempo de paz, também, mas, fundamentalmente em tempo de guerra ou crise), do sentido do dever, da disciplina, da camaradagem e do espírito de sacrifício, a par com outras competências que só o treino militar consegue transmitir.

Tudo isto se traduz em aquisição de competências que o ECTS não pode, de forma alguma, deixar de considerar, sob pena de desprezar uma das facetas mais importantes da formação militar e da especificidade desse mesmo ensino, de que resulta, em última análise, o bem conhecido espírito de corpo da Instituição Militar.

Na verdade, esse mesmo ensino está, na especificidade do seu enquadramento e na forma com é transmitido ao longo de sucessivas gerações, na origem do bem conhecido espírito de corpo da Instituição Militar e daquilo que, vulgarmente, se apelida de condição militar.

2. Graus Académicos

Se a propósito de Bolonha, a discussão sobre a estrutura dos graus académicos possa ser acesa, essa questão para o Ensino Superior Militar deverá ser pacífica. No actual cenário de formação militar superior, não parece possível dotar os oficiais do Quadro Permanente dos três Ramos das Forças Armadas com as várias componentes dessa formação (científica, tecnológica, comportamental e militar) sem o recurso aos dois primeiros graus: licenciado e mestre.

Em consciência, a preparação para um empregador único, que não vai experimentar competências, mas sim, exigí-las, tem de ser altamente profissional, exigente e de grande qualidade. E essa exigência não se compadece com a existência de um único grau académico. O Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março, que regulamenta o regime jurídico e a estrutura dos graus académicos para o Ensino Superior, remete para diploma próprio a aplicação dos princípios aprovados aos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar. É algo que está a ser discutido em sede própria, embora se acredite que a opção a tomar não seja polémica. De qualquer forma, deverão ser os Estabelecimentos de Militares de Ensino Universitário (EMEU), a definir, em conjunto, o modelo a adoptar, sem deixar de ter em conta as realidades actuais e as consequências futuras dessa opção.

3. ECTS

O Sistema de Créditos curriculares criado por Bolonha pretende traduzir, de forma correcta, os resultados da aprendizagem em áreas determinadas de estudo e baseia-se na carga de trabalho do estudante, para atingir os objectivos dessas mesmas áreas.

Em termos de Ensino Superior Militar, a aplicação desta Sistema requer alguns cuidados, embora a grande mudança seja no emprego e aplicação do conceito de competência. Algo que, já do antecedente, era familiar aos militares, visto todo o ensino estar dirigido para a aquisição de competências. A dificuldade surge na definição de carga de trabalho e na respectiva atribuição de créditos em áreas do foro militar, físico e comportamental que, até aqui, não eram objecto de qualquer valoração ou creditação.

Em termos práticos, esta realidade não é a mesma para os diversos Estabelecimentos de Ensino Superior Militar, já que existem diferenças entre eles, quer de entendimento, quer de dependência em relação aos Estabelecimentos do Ensino Superior com os quais mantém, ou não, convénios ou parcerias. Isto é, para a Academia Militar ou para a Academia da Força Aérea existem, embora com tempos diferentes, interdependências com o Instituto Superior Técnico nos cursos de Engenharia e,

apenas, para a Academia da Força Aérea com o Instituto Superior de Economia e Gestão, no curso de Administração Aeronáutica.

A Escola Naval está isenta de qualquer destas interdependências, por conduzir qualquer destes cursos sem recurso a parcerias. Pode, por essa razão, definir uma estrutura curricular de per si, sem qualquer modelo inspirador, podendo efectuar uma sempre conveniente coordenação com as suas congéneres militares.

4. Estrutura Universitária Única

A integração do Ensino Superior Militar numa estrutura universitária única é um dos considerandos do despacho nº 10 809/2005 de 2 de Maio do Ministro da Defesa Nacional, como via de promoção de uma maior eficácia de emprego conjunto das forças militares, de institucionalização e reforço da cooperação inter-ramos e do desenvolvimento de cursos para a atribuição de graus académicos que correspondem às exigências actuais das Forças Armadas.

Refira-se, em primeiro lugar, que a integração referida no despacho acima mencionado, pode revestir formas diferentes, em termos de grau e dimensão. De facto, desde uma junção simples dos actuais EMEU numa Universidade das Forças Armadas com instalações únicas, até à criação de uma estrutura aligeirada de direcção e coordenação única, existem diversas fórmulas de solução para as alegadas carências do modelo actual.

Identificar quais são essas carências, a nível global, constitui, sem qualquer espécie de dúvida, uma preciosa base para a tomada de decisão, já que os objectivos a atingir constam do despacho em questão. Sendo, no entanto, a sua consecução equacionável, com vantagem, fora do quadro único de uma estrutura universitária, (quer a cooperação inter-ramos, quer uma maior eficácia nas operações conjuntas assentam parcialmente na missão do actual IESM, e resultam, fundamentalmente, de treino em exercícios e do aperfeiçoamento constante da doutrina de emprego de forças), convém, ainda, referir os argumentos, a favor e contra, de uma estrutura dirigente ao nível do Ensino Superior Militar.

A dimensão de alguns cursos dos EMEU, particularmente Engenharias e Administração sugerem, numa lógica restritiva de racionalização de meios, que uma concentração traria vantagens. Isso ainda está por demonstrar, embora se possa admitir que, nalgumas áreas específicas, tal se verifique. Mas o que, sem sombra de dúvida, resulta em economia de recursos será a criação de um único *campus* universitário militar com um comando único (em vez dos três actuais). Mesmo assim, não é totalmente líquido, que, nessa hipótese, não subsista um aumento substancial de quadros superiores, a par, isso sim, com uma significativa redução de pessoal de apoio administrativo.

Também não é totalmente garantido que tal solução não acarrete como consequência uma adulteração da qualidade do “produto final”. Para além disso, tal estrutura terá de ser criada de raiz, por não existir nenhuma com as condições adequadas e imporá um investimento tal, que tornará desprezáveis as poupanças nos orçamentos anuais dos EMEU existentes (calcula-se, por alto, que uma tal estrutura custe mais de uma centena de anos de poupança em relação ao actual modelo). Acresce referir que o eventual desperdício de algumas das estruturas existentes tem de ser considerado como parâmetro adicional de cálculo no quadro da optimização que se pretende.

Existem, também, defensores do recurso, puro e simples, ao recrutamento de licenciados. As componentes militar, tecnológica, comportamental e física são, neste modelo e para os três ramos das FA, da responsabilidade de uma estrutura única que confere as competências adequadas para os oficiais do Quadro Permanente das FA. Modelo possível, sem dúvida, mas altamente descaracterizador da chamada especificidade militar que, certamente se esbaterá ao longo de uma ou duas gerações. Se qualquer poder instituído pretender “civilizar” as suas FA, esta poderá ser uma via a seguir. Os resultados não deixarão, no entanto, de se fazer sentir no médio e longo prazo.

Parece bastante mais lógico e racional trabalhar sobre o modelo já existente, introduzindo-lhe alterações que permitam atingir os objectivos já identificados, quer pela prática diária, quer pelas avaliações externas levadas a cabo pela Comissão de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES).

Não pondo de parte outras aproximações possíveis, é pacífico considerar que uma estrutura universitária única que coordene e, nalguns pontos bem definidos, dirija o Ensino Superior Militar, tem vantagens, já que permite:

Garantir a representatividade deste sub-sistema no Conselho de Reitores da Universidade Portuguesa (CRUP) e na Agência de Acreditação criada pelo Decreto-Lei nº 74/2006;

Harmonizar os planos curriculares dos EMEU e a adequada aplicação do Sistema de Créditos que

Bolonha implica;

Harmonizar a aplicação dos graus académicos aos estudos superiores militares;

Garantir que não subsistam estrangulamentos na aprovação das alterações curriculares e que a autonomia académica que for considerada adequada para os EMEU seja respeitada em harmonia sub-sistémica;

Garantir a acreditação académica dos cursos professados nos EMEU e a acreditação profissional nos casos em que haja interesse e vantagem na sua obtenção.

Estas actividades podem ser desempenhadas por uma estrutura dirigente aligeirada, que represente as duas Academias e a Escola Naval e seja presidida por um Tenente-General. Tal estrutura permite, ainda, através de um Gabinete de Apoio qualificado, a procura de racionalizações e sinergias no interior do sub-sistema e a eliminação progressiva de redundâncias, em trabalho de coordenação com os EMEU.

Devem, todavia, ter-se em conta as implicações institucionais desta ou doutras soluções que imponham uma estrutura dirigente aos EMEU. Na verdade, tal estrutura terá de ficar sob a dependência hierárquica do próprio Ministro da Defesa e imporá a saída de qualquer dos Estabelecimentos da área de responsabilidade do respectivo Chefe de Estado Maior. É uma opção que acarreta, entre outras consequências, o total descomprometimento das chefias militares em relação ao chamado “produto final” dos EMEU.

No caso de não se pretender uma mudança tão radical, a criação de uma estrutura coordenadora poderá atingir alguns dos objectivos atrás referidos, sem a conseqüente alteração de dependências hierárquicas. Seja como for, existe algo a preservar e que deve, acima de tudo, assumir-se como característica fundamental deste bem público a que chamamos segurança – a qualidade. Sem ela, nada do que fizermos valerá a pena.

O ÓPTIMO É INIMIGO DO BOM...

A expressão é bem conhecida e significa, entre outras possíveis interpretações, que muitas vezes, na procura da excelência, deixamos de considerar soluções que classificamos de apenas boas, para procurar algo que nunca vamos encontrar. De certa forma, é como “desejar a lua e ignorar a moeda de cinco tostões caída aos nossos pés”. [4] Na maioria das situações, a busca do melhor passa por encontrar uma solução que é um compromisso entre as vantagens e os inconvenientes e representa um equilíbrio entre os diversos factores que as influenciam. Por essa razão, cada situação deve ser cuidadosamente avaliada, considerando, se possível, todos os factores em presença e que a influenciam, de uma forma ou de outra. Esquecer isto na tomada de decisão, significa dar o primeiro passo para a adopção de uma solução que não a é.

Quem estuda de perto a Instituição Militar identifica, por certo, alguns defeitos e inadequações. Os próprios membros da Instituição o sabem e reconhecem. Mas, mesmo tendo em conta a história mais recente, em que algumas perturbações vieram exigir medidas de maior rigor, as FA sempre demonstraram duas características fundamentais: coerência e continuidade. São, talvez esses dois aspectos da vida castrense, que têm contribuído para a confiança que a Nação lhes devota. Não apresentam, por norma, duas atitudes diferentes face a situações idênticas e mantêm, aos diversos níveis de comando e chefia padrões de actuação que não se alteram no tempo. Isto deve-se, fundamentalmente à manutenção de padrões rigorosos de qualidade, quer na selecção e formação dos seus Quadros Permanentes, quer na avaliação do seu desempenho, ao longo da carreira.

A cultura da qualidade não é, assim, algo que seja estranho à Organização Militar. Existe, todavia, um longo caminho a percorrer, para que se possa falar na existência de uma verdadeira cultura, seja no seio do Ensino Superior Militar ou da Instituição Militar.

Tendo aderido ao Sistema de Avaliação do Ensino Superior em 2001, já no segundo ciclo da sua existência, os EMEU tiveram a maior parte dos seus cursos avaliados pelo CNAVES. As recomendações recebidas e a identificação dos pontos fortes e fracos foram contribuições de grande importância para determinação do que há a fazer para a implementação de um sistema de gestão da qualidade.

Não existem grandes dúvidas quanto à necessidade de se evoluir de uma situação em que, embora de forma dispersa, alguns indicadores de qualidade já são utilizados, para outra em que, de forma sistemática e centralizada, se identifiquem e apliquem os padrões que deverão servir à manutenção e melhoria da qualidade no Ensino Superior Militar.

A aposta poderá passar pela implementação, nos EMEU de Gabinetes de Qualidade que promovam, de forma orientada, uma verdadeira cultura de qualidade. Num excelente trabalho de análise crítica aos resultados da avaliação ao Ensino Superior[5] (5), os Professores Amaral Dias e Maria João Rosa afirmavam que “ parece, portanto, inegável que a implementação do sistema de avaliação da qualidade teve um efeito positivo e induziu o que pode ser considerado como o dealbar de uma cultura de qualidade”.

Podemos continuar a contar os tostões e a cortar aqui e ali. Mas, se desprezarmos estes aspectos na formação dos futuros chefes e comandantes, comprometeremos, de forma definitiva, o futuro. Por isso, se reclamam soluções corajosas, inovadoras e de grande qualidade.

EM JEITO DE CONCLUSÃO...

Quando queremos ou sentimos que devemos mudar as coisas, começamos por tentar identificar o que está errado. Alguns notáveis estudiosos garantem que, em problemas de optimização, a definição do que é o problema constitui cerca de 60% da solução. Ou seja, identificar qual é o verdadeiro problema já faz parte da sua solução.

Não se tratando, naturalmente, de um problema dessa natureza, é, todavia, vantajoso aproveitar a oportunidade para mudar com Bolonha e dar uma certa arrumação e limpeza a um edifício no qual a identificação dos pontos fracos, alguns deles através do processo de Avaliação do Ensino Superior, representa uma mais valia considerável. Além disso, a necessidade de conferir uma maior unidade e coerência ao ESM, como sub-sistema, aconselha a criação de uma estrutura universitária única que coordene e dirija, superiormente, algumas das actuais actividades dos EMEU.

Nesse sentido, a análise conduziu à determinação dos cuidados a ter na implementação de Bolonha ao Ensino Superior Militar, designadamente na manutenção da especificidade do ensino militar, na adopção dos graus académicos adequados às necessidades do sub-sistema e na definição dos créditos a atribuir às estruturas curriculares em conformidade com o ECTS.

A opção por uma estrutura aligeirada, mas com um papel decisivo em certas áreas, parece ser a que melhor se adequa aos objectivos pretendidos, sem que isso implique um acréscimo de custos que outras alternativas poderão comportar.

Nesta, como em outras situações, a solução poderá ser aquela que melhor responde às necessidades de equilíbrio face aos diversos factores e influências em presença. E não parece que permaneçam grandes dúvidas quanto à importância estratégica da qualidade do ensino para encarar o futuro com confiança. Os nossos descendentes merecem o esforço duma boa solução.

Bibliografia

Avaliação. Contributos Para A Reformulação, CNAVES, Almedina, Janeiro, 2006

Bologna Process, European University Association, www.eua.be

A especificidade Militar nos Estabelecimentos Militares de Ensino Universitário, João Vieira Borges, Jornal Defesa e Relações Internacionais, 2003

A Declaração de Bolonha e o sistema de graus do ensino superior, Bases para uma discussão, Outubro de 2001

A alteração do relacionamento entre as instituições do ensino superior e o Estado e as suas consequências em termos de qualidade, Alberto Amaral e Maria João Rosa, FUP, 2004

European Credit Transfer and Accumulation System (ECTS), Key Features, 2003

Processo de Bolonha, MCTES

[1] O CNAVES está em processo de auto-avaliação sob a égide da *European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA)*, no quadro de um programa de avaliação internacional mais vasto que envolve, também, o Sistema de Ensino Superior a ser avaliado pela OCDE e um conjunto de dez Instituições de Ensino Superior, a serem sujeitas a avaliação institucional pela *European University Association (EUA)*.

[2] Existe, aparentemente, alguma confusão na definição dos ciclos. A Declaração de Bolonha estabelece como um dos objectivos a “ Adopção de um sistema baseado em dois ciclos principais,

o graduado e o pós-graduado”. Assim sendo, o terceiro ciclo corresponderá ao grau de doutor, tido como não principal ou de base.

[3] Não se exclui a possibilidade de definição de um estrutura de créditos para algumas das áreas de aprendizagem dos cursos do IESM, tendo em vista futuras e possíveis equivalências com outras Instituições do Ensino Superior.

[4] Somerset Maugham a propósito do título de um dos seu livros, *The Moon And Five Pence*

[5]“A alteração do relacionamento entre as instituições do ensino superior e o Estado e as suas consequências em termos de qualidade”, Alberto Amaral Dias e Maria João Rosa, Fundação das Universidades Portuguesas, 22 de Maio de 2004.

124 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/06/21

FORÇAS ARMADAS E A SUA RAZÃO DE SER. UM PROCESSO PEDAGÓGICO.

Jorge Sêrro Prazeres

2012/06/14

FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS EM DEBATE. UM PROCESSO PEDAGÓGICO

Jorge Sêrro M. Prazeres[1]

2012/04/20

REFLEXÃO SOBRE O SUCESSO DA INICIATIVA “SMART DEFENCE”

Pedro Santos Jorge[1]

2012/03/28

A DESPESA COM AS FORÇAS ARMADAS E A LINGUAGEM DOS NÚMEROS

João Pires Neves[1]

2012/02/08

A DEFESA ECONÓMICA EM PORTUGAL

Nuno Silva Domingos[1]

2012/01/26

THE VIRTUES OF DEBATING DEFENCE POLICY

Tiago Fernandes Mauricio[1]

2011/12/17

O PROCESSO DE PLANEAMENTO DE DEFESA DA OTAN – PONTO DE SITUAÇÃO

Pedro Santos Jorge[1]

2011/11/10

OS COMENTADORES POLÍTICOS E A INSTITUIÇÃO MILITAR

José M. Castanho Paes[1]

2011/11/04

A GRANDE OPORTUNIDADE

Alexandre Reis Rodrigues

2011/06/28

A NOVA ESTRUTURA DA NATO. ALGUÉM GANHOU?

Alexandre Reis Rodrigues

2011/06/06

RACIONALIZAR, NÃO É A PALAVRA DE ORDEM?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2011/05/20

CONTEÚDOS DE E-LEARNING DA NATO/PfP USADOS NO ENSINO UNIVERSITÁRIO EM PORTUGAL

Manuel Borges Gonçalves[1]

2011/02/21

MARINHA DE DUPLO USO: UM CONCEITO PÓS-MODERNO DE UTILIZAÇÃO DO PODER MARÍTIMO[1]

Nuno Sardinha Monteiro e António Anjinho Mourinha[2]

2010/11/16

A NATO E PORTUGAL. ALINHAMENTOS PARA UM NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA ALIANÇA

Luís Brás Bernardino[1]

2010/09/15

SUBMARINOS - FACTOS E ARGUMENTOS *

Texto do CDS

2010/07/11

O INSTRUMENTO MILITAR COMO PRODUTOR DE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. CONTRIBUTOS PARA UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL[1]

Luís Brás Bernardino[2]

2010/07/10

UMA POLÍCIA ÚNICA?[1]

Paulo Pereira de Almeida[2]

2010/06/16

AS “NOVAS” TAREFAS DAS FORÇAS ARMADAS: LIÇÕES DE VINTE ANOS DE MISSÕES EM ZONAS DE CRISE”[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/05/15

FORÇAS ARMADAS - UMA ESTRATÉGIA DE MUDANÇA[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/04/28

ENERGIA, UM TEMA CENTRAL DE SEGURANÇA E DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2010/03/14

A SOBERANIA DOS ESTADOS E O MAR - A REALIDADE PORTUGUESA[1]

João Pires Neves[2]

2009/12/13

QUE CONTRIBUTOS DE PORTUGAL E DA CPLP PARA A ARQUITECTURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA?

Luís Brás Bernardino[1]

2009/12/06

QUE FARIAM OS EUROPEUS SEM A NATO?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2009/09/28

SEGURANÇA NACIONAL, SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES E AS FORÇAS ARMADAS[1]

Jorge Silva Carvalho[2]

2009/09/16

AS FORÇAS ARMADAS, O ESTADO E A NAÇÃO

João Brandão Ferreira

2009/06/08

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR MILITAR

João Vieira Borges[1]

2009/05/22

PARLIAMENTARY CONTROL OF ARMED FORCES” IN PORTUGAL[1]

Inês de Carvalho Narciso[2]

2009/04/27

COMBATE AO BIOTERRORISMO. PRIORIDADE NACIONAL?[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2009/01/20

A REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA SUPERIOR DA DEFESA[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/11/18

CRISE NA INSTITUIÇÃO MILITAR

João Brandão Ferreira

2008/10/31

FORÇA ARMADAS – UMA QUESTÃO DE ESTADO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/06/26

SUBVERSÃO E CONTRA-SUBVERSÃO [1]

Francisco Proença Garcia[2]

2008/06/20

UMA REFORMA MAL EXPLICADA [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/03/10

UM OÁSIS NO “DESERTO” PORTUGUÊS: O COLÉGIO MILITAR

João Brandão Ferreira

2008/02/13

AS FORÇAS ARMADAS E O NOVO COMANDO OPERACIONAL CONJUNTO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/02/11

REFORMA NECESSÁRIA?

João Ferreira Barbosa

2007/12/10

SEGURANÇA: VISÃO GLOBAL. A PERSPECTIVA DAS INFORMAÇÕES[1]

Jorge Silva Carvalho

2007/11/15

A IMAGEM PÚBLICA DAS FORÇAS ARMADAS NO QUADRO DAS SUAS MISSÕES

José Castanho Paes

2007/10/04

A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (GNR) NAS MISSÕES DE PAZ[1]

Francisco M. Rodrigues[2]

2007/10/03

A INDÚSTRIA DE DEFESA – ENQUADRAMENTO GERAL[1]

José Silva Cordeiro[2]

2007/08/03

O CÓDIGO DO SILÊNCIO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/06/18

DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS. CONSIDERAÇÕES FINAIS

João Pires Neves[1]

2007/06/11

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO. (2ª PARTE) (I-A)

João Pires Neves[1]

2007/06/04

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS FINANCEIROS, OS NÚMEROS E O SEU SIGNIFICADO.

João Pires Neves[1]

2007/05/29

DEVEM OS CHEFES DE ESTADO MAIOR DECLARAR OS RENDIMENTOS?

João Brandão Ferreira

2007/05/28

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A FORMAÇÃO” (IV)

João Pires Neves[1]

2007/05/20

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A MOTIVAÇÃO (III)

João Pires Neves[1]

2007/05/14

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E OS QUADROS DE PESSOAL (II)

João Pires Neves[1]

2007/05/07

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E AS NECESSIDADES ORGANIZACIONAIS (I)

João Pires Neves[1]

2007/05/06

A GNR E O MAR TERRITORIAL (VERSÃO INTEGRAL DO ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL PÚBLICO DE 5 MAIO)

Alexandre Reis Rodrigues

2007/04/30

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (3ª PARTE) (VI-B)

João Pires Neves[1]

2007/04/26

O GRANDE DESAFIO DA DEFESA

Grupo de Trabalho do Instituto Humanismo e Desenvolvimento[1]

2007/04/25

AS FORÇAS ARMADAS E A ECONOMIA

Alípio Tomé Pinto[1]

2007/04/20

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (2ª PARTE) (VI-A)

João Pires Neves[1]

2007/04/16

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. A COMPONENTE FIXA E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (1ª PARTE) (VI)

João Pires Neves[1]

2007/04/14

CONHECIMENTO, USO E CONTROLO DO MAR PORTUGUÊS

José Castanho Paes

2007/04/09

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR [V-A]

João Pires Neves[1]

2007/04/05

A ALMA DAS INSTITUIÇÕES

Alípio Tomé Pinto[1]

2007/04/02

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SFN E A PROGRAMAÇÃO MILITAR (V)

João Pires Neves[1]

2007/03/26

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS (1997), O 11 DE SETEMBRO DE 2001 E O SISTEMA DE FORÇAS (2004) (IV)

Autor: João Pires Neves[1]

2007/03/20

MULHERES NA INFANTARIA

João Brandão Ferreira

2007/03/19

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (2ª PARTE) (III.A)

João Pires Neves[1]

2007/03/12

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS E A SUA ESTRUTURA ORGANIZATIVA (1ª PARTE) (III)

João Pires Neves[1]

2007/03/06

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS NACIONAL, O PLANEAMENTO E AS SENSIBILIDADES (II)

João Pires Neves[1]

2007/02/27

AS FORÇAS ARMADAS E A “ORGANIZAÇÃO”. O SISTEMA DE FORÇAS. A GRANDE REFERÊNCIA. (I)

João Pires Neves[1]

2007/02/21

REPÓRTERES DE GUERRA. FORMAÇÃO[1]

Paulo Sales Grade

2007/02/16

AS FORÇAS ARMADAS E O “AMBIENTE NACIONAL” (II)

João Pires Neves[1]

2007/02/13

A (R)EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO[1]

João Vicente[2]

2007/02/12

AS FORÇAS ARMADAS E O AMBIENTE INTERNACIONAL (I)

João Pires Neves[1]

2007/02/10

O CERCO APERTA-SE

Eduardo Silvestre dos Santos

2007/02/05

AS FORÇAS ARMADAS – A “FINALIDADE E A MISSÃO”

João Pires Neves[1]

2007/01/29

DE COMO OPINAR COM CREDIBILIDADE ACERCA DAS FORÇAS ARMADAS

João Pires Neves[1]

2007/01/09

O NAUFRÁGIO [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2006/12/03

ANTI-MILITARISMO PRIMÁRIO

José Castanho Paes [1]

2006/11/30

O SERVIÇO DE SAÚDE MILITAR NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XXI EM PORTUGAL

João Brandão Ferreira

2006/10/22

TENDÊNCIAS DAS COMPONENTES TERRESTRES DAS FORÇAS ARMADAS

Miguel Moreira Freire

2006/10/01

O COMANDO OPERACIONAL DAS FORÇAS ARMADAS E O QUARTEL-GENERAL CONJUNTO.

EQUÍVOCOS A DESFAZER.

Alexandre Reis Rodrigues

2006/09/14

QUESTÕES QUE SE PÕEM AO ENSINO SUPERIOR MILITAR

João Brandão Ferreira

2006/07/07

O COLÉGIO MILITAR PARA ALUNOS EXTERNOS?

João Brandão Ferreira

2006/06/27

ORGULHOSAMENTE SÓS

António Borges de Carvalho

2006/06/08

FORÇAS INTERNACIONAIS EM TIMOR. CADEIA DE COMANDO

Américo Silva Santos

2006/06/07

A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO. OUTRA PERSPECTIVA

António Borges de Carvalho

2006/06/06

A GNR E AS RELAÇÕES DE COMANDO

João Ferreira Barbosa

2006/06/01

REEQUIPAMENTO ADIADO

João Ferreira Barbosa

2006/05/25

FORMACION Y TRANSFORMACION MILITAR

Miguel Fernández y Fernández[1]

2006/05/06

O PRACE E A DEFESA NACIONAL

João Ferreira Barbosa

2006/03/27

O COMANDO SUPREMO DAS FORÇAS ARMADAS

António Borges de Carvalho

2006/03/21

O PRIMEIRO TIRO

Romeu Bentes Marcelo

2006/03/04

O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES (II PARTE)

João Brandão Ferreira

2006/03/03

O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES (I PARTE)

João Brandão Ferreira

2006/01/22

EXISTEM FORÇAS PARA AS MISSÕES?

João Nuno Barbosa

2006/01/22

CONVÉM NÃO PERDER CAPACIDADES

João Nuno Barbosa

2006/01/04

A REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR MILITAR; O PROCESSO DE BOLONHA E A UNIVERSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

João Brandão Ferreira

2005/11/24

PORTUGAL E O MAR. UMA RELAÇÃO DIFÍCIL

João Ferreira Barbosa

2005/11/08

PORTUGAL: OS CONFLITOS MILITARES DOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS

João Brandão Ferreira

2005/09/24

A CRIAÇÃO DO “INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES”

João Vieira Borges

2005/06/29

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CRIAÇÃO DO IAEFFAA

Eduardo Silvestre dos Santos

2005/05/14

FINALMENTE A REFORMA DO ESM EM PORTUGAL

João Vieira Borges

2005/04/23

ALGUMAS PERGUNTAS AO MINISTRO DA DEFESA [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2005/04/22

CAPACIDADE EXPEDICIONÁRIA OU DEFESA TERRITORIAL?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/03/23

A UNIVERSIDADE DE DEFESA NACIONAL DOS EUA

João Vieira Borges

2005/03/22

SEREIAS NA DEFESA

Américo Silva Santos

2005/03/21

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL DO XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Eduardo Silvestre dos Santos

2005/03/06

INDEPENDÊNCIA AMEAÇADA?

Alexandre Reis Rodrigues

2005/02/23

UM NOVO CICLO PARA A DEFESA? [1]

Alexandre Reis Rodrigues

2005/01/02

REFLEXÕES PROGRAMÁTICAS PARA A DEFESA[1]

Grupo Trabalho Reflexão e Defesa (IHD)

2004/12/14

PROCESSO DE BOLONHA: PENSAR HOJE UM FUTURO MELHOR

João Vieira Borges

2004/06/29

ALGUNS CONTRIBUTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/05/17

POR UM CONCEITO DIFERENTE DE DEFESA

Rui Arrifano

2004/04/23

OS INVESTIMENTOS NA DEFESA

Alexandre Reis Rodrigues

2004/01/30

O ENSINO SUPERIOR MILITAR UNIVERSITÁRIO NOS EUA – O CASO DE WEST POINT

João Vieira Borges

2004/01/29

O ENSINO SUPERIOR MILITAR UNIVERSITÁRIO EM FRANÇA: O EXEMPLO DE SAINT-CYR

João Vieira Borges

2003/12/06

A ESPECIFICIDADE MILITAR NOS ESTABELECIMENTOS MILITARES DE ENSINO UNIVERSITÁRIO

João Vieira Borges

2003/11/18

O COMANDO DAS FORÇAS ARMADAS E A REVISÃO CONSTITUCIONAL

António Borges de Carvalho

2003/09/30

SEGURANÇA NACIONAL - COMPONENTE MILITAR

Freitas Ribeiro Pacheco

2003/09/29

TELEVISÃO PÚBLICA

Dr. António Borges de Carvalho

2003/06/13

UM NOVO CICLO DE PLANEAMENTO

Alexandre Reis Rodrigues

2003/06/12

O CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR (CINAMIL)

João Vieira Borges

2002/10/02

DISCUSSÃO PÚBLICA DAS BASES DO CEDN

Alexandre Reis Rodrigues

2002/09/16

A PROPÓSITO DA DISCUSSÃO DAS BASES DO CEDN

Alexandre Reis Rodrigues

2002/08/21

DEFESA, INTERESSES NACIONAIS E AMEAÇAS

Alexandre Reis Rodrigues

2001/06/20

O LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

Alexandre Reis Rodrigues

2001/05/02

A REFORMA DAS FORÇAS ARMADAS

Alexandre Reis Rodrigues

2000/05/03

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL. AS NOVAS MISSÕES DAS FAs

Francisco Proença Garcia